

ANTHONY GIDDENS

O MUNDO
NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Tradução de Saul Barata

RISCO

Julho de 1998 foi talvez o mês mais quente de toda a História mundial e 1998, em conjunto, talvez tenha sido o ano mais quente. As vagas de calor provocaram devastações em muitas áreas do hemisfério norte. Em Eilat, no Estado de Israel, por exemplo, as temperaturas chegaram quase aos 46 graus centígrados, enquanto o consumo de água em todo o país aumentou 40 por cento. O Texas, nos Estados Unidos, experimentou temperaturas muito próximas destas. Durante os oito primeiros meses do ano, cada mês batia o recorde do mês precedente. Contudo, passado pouco tempo, caiu neve em algumas das áreas afectadas pelas vagas de calor, nevou em zonas onde nunca se tinha visto cair neve.

Serão estas flutuações de temperatura o resultado da interferência do homem com o clima mundial? Não podemos ter a certeza, mas temos de admitir essa possibilidade, não deixando de levar em consideração o aumento do número de ciclones, tufões e tempestades que se tem verificado nos anos mais recentes. Uma das consequências do desenvolvimento industrial global pode ter sido a alteração do clima, que também terá provocado bastantes mais estragos no nosso *habitat* terrestre. Não sabemos que outras mudanças teremos de suportar, ou os perigos que elas arrastarão consigo.

Podemos compreender estas questões se considerarmos que todas elas envolvem *risco*. Espero persuadi-los de que esta ideia, simples na aparência, põe a descoberto algumas das características fundamentais do mundo em que estamos a viver.

À primeira vista, e quando comparamos a nossa situação com a que se viveu em épocas mais remotas, o conceito de risco pode parecer irrelevante. Ao cabo e ao resto, as pessoas sempre tiveram de enfrentar a sua quota-parte de riscos, não é verdade? Durante a Idade Média a vida da maioria dos europeus era sórdida, rude e breve, como ainda acontece em muitas das zonas mais pobres do mundo actual.

Chegados a este ponto, deparamo-nos com algo verdadeiramente interessante. Postos de lado alguns contextos marginais, na Idade Média não existia o conceito de risco. E nunca existiu na maioria das culturas mais tradicionais, tanto quanto me é dado saber. A noção de risco parece ter adquirido expressão durante os séculos XVI e XVII, e começou por ser usada pelos exploradores ocidentais quando partiam para as viagens que os levaram a todas as partes do mundo. A palavra «risco» parece ter chegado ao inglês através do espanhol ou do português, línguas em que era utilizada para caracterizar a navegação em mares ainda desconhecidos, ainda não descritos nas cartas de navegação. Por outras palavras, na origem, a palavra incluía a noção de espaço. Mais tarde, quando usada pelo sistema bancário e em investimentos, passou a incluir a noção de tempo, indispensável para o cálculo das consequências prováveis de determinado investimento, tanto para os credores como para os devedores. Acabou por se referir a uma enorme diversidade de situações onde existe incerteza.

A noção de risco, devo acentuar, é inseparável das ideias de probabilidade e de incerteza. Não se pode dizer que alguém enfrenta um risco quando o resultado da acção está totalmente garantido.

Existe uma velha anedota que explica esta ideia com bastante clareza. Um homem salta do telhado de um arranha-céus de cem andares. Durante a descida, quando passa junto às janelas de cada andar, diz para as pessoas que estão a ver a queda: «até agora vai tudo bem», «até agora vai tudo bem», «até agora vai tudo bem»... Age como se tivesse calculado o risco, mas, na realidade, o resultado final já estava determinado à partida.

As culturas tradicionais não dispõem do conceito de risco porque não precisam dele. Risco não é o mesmo que acaso ou perigo.

O risco refere-se a perigos calculados em função de possibilidades futuras. Só tem uso corrente numa sociedade orientada para o futuro, uma sociedade que vê o futuro precisamente como um território a ser conquistado ou colonizado. O risco implica a existência de uma sociedade que tenta activamente desligar-se do passado — na realidade, a primeira característica da civilização industrial da era moderna.

Todas as culturas antigas, incluindo as grandes civilizações da História, como as de Roma ou da China tradicional, viveram, antes de mais, com base no passado. Utilizaram as ideias de destino, ou da vontade dos deuses, em situações que nós agora tendemos a considerar casos de risco. Na cultura tradicional, se alguém sofre um acidente ou, pelo contrário, se alguém prospera, bem, são coisas que acontecem, ou fez-se a vontade de Deus. Houve culturas que negaram pura e simplesmente que o acaso pudesse existir. Os Azande, membros de uma tribo africana, acreditam que qualquer desgraça é sempre o resultado de um bruxedo. Se uma pessoa cai, por exemplo, a queda foi provocada por alguém que lhe fez magia negra.

Na verdade, a modernização não consegue fazer desaparecer completamente estas visões do mundo. As noções de magia, de destino e de cosmologia continuam a ter o seu lugar. Mas, em muitos casos, apenas sobrevivem como superstições, nas quais as pessoas não acreditam inteiramente e que aceitam com algum embaraço. Usam-nas para servirem de apoio a decisões de natureza mais calculada. Na maioria dos casos, os jogadores, e neles incluem os que jogam na bolsa, entregam-se a rituais que, em termos psicológicos, reduzem as incertezas que têm de enfrentar. O mesmo se aplica aos riscos que não conseguimos evitar, pois estar vivo já é por definição uma empresa arriscada. Não surpreende de maneira nenhuma que as pessoas continuem a consultar astrólogos, especialmente em momentos críticos das suas vidas.

Mas a aceitação do risco é também um dos requisitos da excitação e da aventura. Pensemos no prazer que as pessoas sentem a jogar, a conduzir a alta velocidade, nas aventuras sexuais ou a

mergulhar na montanha-russa de qualquer feira. Além do mais, a aceitação positiva do risco é a própria fonte de energia criadora de riqueza numa economia moderna.

As duas faces do risco, os seus lados positivo e negativo, apareceram durante a primeira fase da sociedade industrial moderna. O risco é a dinâmica estimuladora de uma sociedade empenhada na mudança, apostada em determinar o seu próprio futuro, em vez de depender da religião, da tradição ou dos caprichos da natureza. A atitude em relação ao futuro é o que distingue o capitalismo moderno de todas as formas anteriores de organização económica. As empresas e os sistemas de mercados eram de tipo irregular ou parcial. As actividades dos mercadores e dos que se empenhavam em trocas com o exterior nunca fez grandes mossas nas estruturas das civilizações tradicionais, que se mantiveram profundamente agrícolas e rurais.

Ao calcular possíveis ganhos e perdas e, portanto, o risco, num processo contínuo, o capitalismo moderno coloca-se no futuro. Isto não era possível antes da introdução do sistema de partidas dobradas na contabilidade, que só se verificou na Europa do século XV; este sistema tornou possível definir a forma precisa de investir dinheiro para conseguir o maior lucro. Sem dúvida que há muitos riscos, os riscos de saúde, por exemplo, que pretendemos reduzir até onde podemos. É por isso que, desde as origens, a noção de risco deu origem à criação de seguros. E não devemos pensar apenas em termos de seguros privados ou comerciais. O Estado-providência, cuja evolução podemos seguir até à origem, às leis dos pobres da Inglaterra de Isabel I, é, na sua essência, um sistema de gestão de riscos. Destina-se a proteger as pessoas contra riscos que antes eram considerados como dependentes da vontade dos deuses: doença, invalidez, perda do emprego e velhice.

O seguro é a base a partir da qual as pessoas se preparam para assumir riscos. É uma base de segurança de onde o destino foi expulso por um contrato activo com o futuro. Como aconteceu com a noção de risco, os sistemas modernos de seguros começaram com a navegação. As primeiras apólices de seguros marítimos da-

tam do século XVI. Uma companhia de Londres aceitou o primeiro seguro marítimo em 1782. A Lloyds, de Londres, adquiriu rapidamente uma posição dominante no negócio emergente dos seguros, uma posição que tem conseguido manter nos últimos dois séculos.

O seguro só tem razão de ser quando se acredita num futuro construído pelo homem. É um dos alicerces dessa construção. A actividade seguradora, como o próprio nome indica, serve para proporcionar segurança, mas, na realidade, alimenta-se do risco e das atitudes das pessoas em relação a ele. As instituições que proporcionam segurança, quer os seguros privados quer a assistência social, não fazem mais do que redistribuir o risco. Quando alguém faz um contrato de seguro para se proteger do fogo que lhe pode queimar a casa, o risco não desaparece. Por um prémio ajustado, o dono da casa transfere o risco para a seguradora. Esta transferência não é apenas mais uma característica da economia capitalista. Na verdade, sem ela, o capitalismo é impensável e não tem condições de funcionamento.

Por estas razões, há que admitir que a ideia de risco sempre andou associada à modernidade, mas, na minha opinião, na época actual ela assume uma importância nova e peculiar. O risco era considerado um meio de regular o futuro, de o normalizar e de o colocar sob o nosso domínio. Mas as coisas não se passaram assim. As tentativas que fazemos para controlar o futuro acabam por se voltar contra nós, forçando-nos a procurar novas formas de viver com a incerteza.

A melhor maneira de explicar o que está a acontecer é estabelecer uma distinção entre dois tipos de risco. A um, chamarei risco exterior. O risco exterior é o que nos chega de fora, das imposições da tradição ou da natureza. Quero distingui-lo do risco provocado que, para mim, é o risco resultante do impacte do nosso desenvolvimento tecnológico sobre o meio ambiente. O risco criado refere-se a situações de que não temos experiência histórica. Muitos dos riscos ambientais, como os relacionados com o aquecimento global, pertencem a este tipo. São influenciados directamente pela globalização que discutimos no Capítulo 1.

A melhor maneira que encontrei para clarificar a distinção entre os dois tipos de risco é a que se segue. Podemos afirmar que em todas as culturas tradicionais, e também na sociedade industrial até ao início desta época, os seres humanos tinham de se preocupar com os riscos originados pela natureza exterior: más colheitas, inundações, pragas ou fomes. Contudo, a certa altura, muito recente em termos históricos, começámos a preocupar-nos menos com o que a natureza nos pode fazer e mais com aquilo que nós fizemos à natureza. É nesta altura que o risco exterior perde a situação predominante, que passa a pertencer ao risco provocado por nós. Este «nós», os que estamos preocupados, refere-se a quem? De facto, penso que se refere a todos os seres humanos, aos que vivem em todas as zonas, ricas ou pobres, do mundo. Ao mesmo tempo, há que reconhecer que, de um modo geral, se mantém uma separação entre as regiões afluentes e as outras. Riscos mais «tradicionais», do tipo que acabámos de descrever — como o risco da fome quando a colheita é má — ainda existem nos países mais pobres, justapondo-se aos novos riscos.

A nossa sociedade vive para lá do fim da natureza. O fim da natureza não significa, como é óbvio, que o mundo físico e os processos físicos tenham deixado de existir. Refere-se ao facto de agora existirem poucos aspectos do ambiente material que nos rodeia que não tenham sido afectados pela intervenção humana. Muitas das coisas que costumavam ser naturais já não são inteiramente naturais, embora nem sempre tenhamos possibilidade de distinguir onde acaba um dos estados e se inicia o outro. Em 1998, houve grandes inundações na China, nas quais se perderam muitas vidas. As enchentes dos maiores rios chineses têm-se repetido ao longo de toda a história do país. Estas cheias de 1998 foram normais ou foram influenciadas pelas mudanças climáticas a nível global? Ninguém sabe, mas estas cheias revelaram algumas características que não eram habituais e que sugerem que talvez estejamos perante causas não inteiramente naturais.

O risco criado não afecta apenas a Natureza, ou aquilo que costumava ser a natureza. Também se vai imiscuir em outras áreas

da vida. Falemos, a título de exemplo, do casamento e da família, instituições que estão a sofrer transformações profundas em todos os países industrializados e, em certa medida, noutras partes do mundo. Há duas ou três gerações, quando as pessoas se casavam sabiam o que estavam a fazer. O casamento era, em grande parte, regulado pela tradição e pelos costumes, tinha semelhanças com um estado da natureza, o que de resto continua a ser verdadeiro em muitos países. Contudo, onde as formas tradicionais de fazer as coisas se estão a diluir, há a sensação de que as pessoas não sabem o que estão a fazer; e isto porque o casamento e a família são instituições profundamente alteradas. Por isso, os indivíduos estão a partir do zero, como os pioneiros. Nestas condições, quer eles tenham ou não consciência disso, começam a pensar mais e mais em termos de risco. Têm de se confrontar com futuros cada vez mais abertos do que no passado, com todas as oportunidades e incertezas que eles comportam.

À medida que o risco provocado pelo homem se expande, o risco torna-se mais «arriscado». O nascimento da noção de risco, como já afirmei, esteve estreitamente relacionado com a capacidade de cálculo. Muitos ramos de seguro baseiam-se directamente nesta correlação. Por exemplo: podemos calcular as hipóteses de uma pessoa sofrer um acidente de cada vez que ela entra num automóvel. É uma predição actuarial, baseada em estatísticas de muitos anos. As situações de risco provocado não são assim. Não conhecemos, nem por sombras, qual o nível de risco que enfrentamos e em muitos casos só conseguimos ter a certeza quando já é demasiado tarde.

O décimo aniversário do acidente na central nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, passou há pouco tempo, em 1996. Ninguém conhece as consequências a longo prazo deste acidente. No futuro, numa data qualquer, pode ou não vir a originar um desastre de saúde pública. Em termos de influência na saúde dos seres humanos, passa-se exactamente o mesmo em relação ao episódio da BSE no Reino Unido, ao aparecimento da chamada doença das vacas loucas. De momento, não temos a certeza de que a doença não vá provocar mais vítimas do que as já conhecidas.

Ou consideremos em que pé nos encontramos em relação às mudanças climáticas a nível mundial. Muitos cientistas versados na matéria acreditam que está a acontecer um aquecimento global e que são necessárias medidas para o contrariar. Todavia, há pouco tempo, em meados da década de 1970, a ciência ortodoxa dizia-nos que a Terra estava numa fase de arrefecimento global. Muitas das provas que serviram para apoiar a hipótese de arrefecimento da Terra — vagas de calor, seguidas de vagas de frio, condições de tempo não habituais — foram agora chamadas em defesa da tese do aquecimento global. Há um aquecimento global em desenvolvimento? Terá origens humanas? É provável, mas não sabemos ao certo e só teremos a certeza absoluta quando já for demasiado tarde.

Estas circunstâncias fizeram aparecer um novo clima moral na política, caracterizado por um jogo de puxa e empurra, por acusações de alarmismo, de um lado, e de ocultação de factos, do outro. Se alguém, funcionário público, cientista ou investigador, considerar um risco como grave, o facto tem de ser dado a conhecer. Tem de ser intensamente publicitado para que as pessoas se convençam de que o perigo é real, tem de haver espalhafato. Mas se houver muito barulho e depois se concluir que o risco é mínimo, as pessoas envolvidas serão rotuladas de alarmistas.

Mas suponhamos, pelo contrário, que as autoridades decidem inicialmente que o risco não é muito grande, como aconteceu com o Governo britânico no caso da carne de vaca contaminada. Neste caso, o Governo começou por dizer: estamos escudados na opinião dos cientistas; o risco não é significativo, qualquer pessoa que goste de carne de vaca pode continuar a comê-la sem preocupações. Nestas situações, se o caso muda de figura, como de facto aconteceu, as autoridades serão acusadas de ocultação de provas, como, na verdade, veio a suceder.

As coisas são ainda mais complexas do que podemos pensar depois de analisados estes dois exemplos. Paradoxalmente, o alarmismo pode tornar-se necessário para reduzir os riscos que enfrentamos mas, se for bem sucedido, parecerá exactamente isso: alarmismo. O caso da Sida é um exemplo. Para tentar que as

peças alterassem os comportamentos sexuais, os governos e os especialistas fizeram muito barulho sobre os riscos em que incorre quem se entrega a práticas sexuais sem protecção. Em parte como resultado desta campanha, nos países desenvolvidos a Sida não se espalhou tanto como tinha sido previsto de início. E a resposta foi: porquê assustar as pessoas desta maneira? Mas, como prova a difusão global da doença, os alarmistas tinham, continuam a ter, inteira razão para actuarem como actuaram.

Paradoxos deste género tornaram-se rotineiros na sociedade actual, mas não existem métodos fáceis de os resolver. Pois, como eu disse anteriormente, em muitas situações de risco provocado, até a própria existência do risco pode ser discutível. À partida, nunca podemos saber se estamos ou não a ser alarmistas.

Nos dias de hoje mantemos um relacionamento diferente do que havia noutros tempos com a ciência e a tecnologia. Durante cerca de dois séculos, a ciência funcionou como uma espécie de tradição nas sociedades ocidentais. Era suposto que o conhecimento fizesse esquecer a tradição, mas em muitos casos também ele se tornou uma tradição. Era algo que a maioria das pessoas respeitava, mas que não fazia parte das suas actividades. Os leigos pediam a opinião dos especialistas.

Esta perspectiva torna-se cada vez menos válida à medida que a ciência e a tecnologia se intrometem nas nossas vidas, e quando isto acontece a nível global. A maioria das pessoas, incluindo autoridades governamentais e políticos, têm, e têm de ter, um relacionamento muito mais activo e interessado, em relação ao que acontecia no passado, com a ciência e com a tecnologia.

Não podemos limitar-nos a «aceitar» as descobertas dos cientistas, até por serem frequentes os desacordos entre eles, especialmente quando se trata da análise de riscos provocados pelo homem. E já toda a gente reconhece o carácter mutável da ciência. Seja o que for que uma pessoa se decida a comer, o que quer para o pequeno-almoço, se deve tomar café com ou sem cafeína, essa pessoa está a tomar uma decisão num contexto em que existem informações científicas e tecnológicas contraditórias e mutáveis.

Vejam os que se passa com o vinho tinto. Como qualquer outra bebida alcoólica, o vinho tinto já foi considerado prejudicial para a saúde. Mas descobriu-se que, bebido em quantidades razoáveis, o vinho tinto confere protecção contra as doenças do coração. Subsequentemente, descobriu-se que qualquer bebida alcoólica tem o mesmo efeito, mas só para pessoas com mais de 40 anos de idade. Quem sabe o que nos reserva a próxima descoberta?

Há quem defenda que o meio mais eficaz para tratar o problema do risco criado pelo desenvolvimento consiste na limitação das responsabilidades, adoptando-se o chamado «princípio de precaução». A noção do princípio de precaução apareceu na Alemanha no início da década de 1980, no decurso dos debates sobre ecologia que ocorreram ali. Na sua forma mais simples propõe que devem ser tomadas medidas de protecção contra riscos ambientais (e, por inferência, contra outras formas de risco), mesmo que não haja dados científicos seguros sobre eles. Foi assim que, durante a década de 1980, vários países europeus iniciaram programas para conter as chuvas ácidas, enquanto na Grã-Bretanha a falta de provas conclusivas foi usada para justificar a ausência de medidas de defesa contra este e também contra outros problemas de poluição.

Mas quando se trata de problemas de risco e de responsabilidade, o princípio de precaução nem sempre ajuda, ou é aplicável, como meio de defesa. O preceito de «estar perto da natureza», ou de limitar a inovação em vez de a estimular, nem sempre pode ser aplicado. A explicação é que o equilíbrio entre benefícios e riscos derivados dos avanços científicos e tecnológicos, também aplicável a outros tipos de mudanças sociais, é imponderável. Tomemos como exemplo a controvérsia acerca dos alimentos alterados geneticamente. As culturas geneticamente modificadas já utilizam 35 milhões de hectares de terras em todo o mundo, uma área igual a 1,5 vezes a dimensão da Grã-Bretanha. Na sua maioria são cultivadas na América do Norte e na China. Incluem soja, milho, algodão e batatas.

Nada melhor para ilustrar um caso em que a natureza já não é apenas natureza. Os riscos envolvem vários dados desconhecidos ou, se assim se pode dizer, de conhecidos desconhecidos, pois o mundo tem uma tendência pronunciada para nos surpreender. Poderão vir a verificar-se consequências em que ninguém ainda pensou. Um tipo de risco está na possibilidade de estes géneros alimentares conterem perigos de médio ou longo prazos para a saúde. Ao cabo e ao resto, uma boa parte da tecnologia dos genes é terreno essencialmente novo, diferente dos métodos mais antigos de cruzamento de plantas.

Há também a possibilidade de os genes incorporados nas sementes para lhes aumentar a resistência às pragas se poderem espalhar para outras plantas, criando «supersementes» que, por sua vez, seriam uma ameaça à biodiversidade do meio ambiente.

Como a pressão para cultivar, e consumir, produtos geneticamente modificados é motivada apenas por interesses comerciais, não faria sentido impor-lhes uma proibição global? Mesmo partindo do princípio de que a proibição é possível, as coisas, como sempre, não se resolvem com essa facilidade. A agricultura intensiva que se pratica nos nossos dias não é sustentável indefinidamente. Recorre a grandes quantidades de fertilizantes e pesticidas químicos que são prejudiciais para o ambiente. Se queremos alimentar a população mundial, não podemos regressar aos métodos de cultura mais tradicionais. A produção de sementes tratadas geneticamente permite reduzir o uso de produtos químicos poluentes: logo, ajuda a resolver outros problemas.

Para onde quer que nos voltemos, somos forçados a gerir o risco. Com a expansão dos riscos provocados pela actividade humana, os governos já não podem fingir-se alheados deste tipo de gestão. E é melhor que colaborem uns com os outros, porque poucos destes riscos de novo tipo podem ser contidos no interior das fronteiras dos países que os provocam.

Mas nós, os indivíduos comuns, também não podemos ignorar estes novos riscos, ou ficar à espera que a ciência nos forneça novas provas. Enquanto consumidores, cada um de nós tem de decidir se

quer ou não evitar os alimentos geneticamente modificados. Estes riscos, juntamente com os problemas que os rodeiam, penetraram de modo profundo na nossa vida quotidiana.

Deixem que passe a tirar algumas conclusões e ao mesmo tempo a tentar que os meus argumentos fiquem bem claros. A nossa época não é mais perigosa — não é mais arriscada — do que as épocas anteriores, mas o equilíbrio entre riscos e perigos alterou-se. Vivemos num mundo em que os perigos criados por nós são tão ameaçadores, ou mais, do que os perigos que nos são exteriores. Alguns deles são de natureza catastrófica, como os riscos ecológicos globais, a proliferação nuclear ou uma quebra da economia a nível mundial. Outros afectam-nos de forma muito mais directa como pessoas, como é o caso dos que estão relacionados com as dietas, com a medicina ou com o próprio casamento.

Como era inevitável, a nossa era está a gerar o ressurgimento das religiões e de diversas filosofias da «Nova Era», que rejeitam as conclusões das ciências. Devido aos riscos que impendem sobre o ambiente, alguns paladinos da ecologia tornaram-se hostis à ciência e até ao pensamento racional mais simplista. Esta atitude não faz muito sentido. Sem a análise científica nem sequer saberíamos da existência dos riscos. Contudo, por razões que já expus, a nossa relação com a ciência não pode ser a mesma que existiu em épocas anteriores.

De momento, não possuímos instituições, quer nacionais quer internacionais, que nos permitam acompanhar as alterações tecnológicas. O desastre da BSE na Grã-Bretanha poderia ter sido evitado se tivesse sido aberto um debate público acerca das mudanças tecnológicas e dos seus efeitos mais problemáticos. O facto de o público dispor de mais meios para entrar no debate sobre ciência e tecnologia não poria fim aos dilemas do alarmismo *vs.* ocultação de provas, mas poderia evitar algumas das suas consequências mais gravosas.

Finalmente, não existem dúvidas quanto à necessidade de não encararmos o risco como um factor inteiramente negativo. O risco tem sempre de ser controlado, mas a aceitação de riscos é um dos

elementos fundamentais de uma economia dinâmica e de uma sociedade inovadora. Viver numa época global significa a necessidade de enfrentar uma série de novos factores de risco. Em muitas situações teremos de ser mais atrevidos do que cautelosos no apoio que dispensamos à inovação científica ou a outros tipos de mudança. Ao cabo e ao resto, uma das raízes da palavra «risco», no português original, levou à criação de outra palavra que também significa «ousar».